

PROJETO DE LEI Nº 13, DE 11 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre a provisão de recursos financeiros para o acesso da família ao adolescente acautelado em unidade socioeducativa fora da comarca de sua residência no âmbito da Política de Assistência Social no Município de Itaúna-MG, e dá outras providências

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Política Pública de Assistência Social do Município de Itaúna-MG, a provisão de recurso financeiro para o acesso da família ao adolescente acautelado em unidade socioeducativa fora da comarca de sua residência, denominado benefício temporário para transporte rodoviário na modalidade, “Restituição financeira de passagem rodoviária”.

Art. 2º. O benefício previsto no artigo anterior é de provisão de proteção social especial de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias previstas na Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente – e no Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente pela Resolução nº01 de 1º de dezembro de 2015, prestado a pessoa e/ou família residente no Município de Itaúna MG e cuja renda mensal per capita seja até meio salário-mínimo, mediante comprovação de renda.

§ 1º Não serão considerados para efeito de cálculo da renda per capita os valores auferidos dos programas de transferência de renda municipal, estadual, federal e outros.

§ 2º Para comprovação das necessidades de concessão do benefício são vedadas quaisquer situações de constrangimento ou vexatória.

Art. 3º. O requerimento do benefício temporário para transporte rodoviário será realizado no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, mediante apresentação de documentos pessoais do adolescente e dos responsáveis, comprovante de endereço, declaração expedida pela autoridade judiciária informando a data da internação, o regime, o período e local de cumprimento da medida socioeducativa, documento de identificação oficial e com foto do requerente (beneficiário) de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e de renda dos membros do grupo familiar além de requerimento próprio assinado pelo responsável e a cópia da passagem com o valor a ser restituído.

Parágrafo Único: Nenhum Benefício Eventual será concedido sem avaliação de um técnico que compõe a equipe de referência do CREAS, devendo se assegurar o acompanhamento do indivíduo ou da família conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 4º. É obrigatório o cadastro do beneficiário e de sua família no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Art. 5º. O benefício temporário na forma de restituição financeira de passagem rodoviária constitui-se em uma prestação temporária não contributiva da Assistência Social para os responsáveis legais por adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação fora do município de Itaúna-MG desde que a família resida no Município.

Art. 6º. O auxílio temporário obedecerá rigorosamente a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e suas alterações, tendo como prazo máximo de concessão por três anos, devendo o responsável apresentar a documentação exigida no artigo 3º a cada seis meses.

Art. 7º. O Auxílio temporário para transporte deverá ser concedido diretamente à mãe ou ao pai do adolescente, ou na falta desses, ao responsável legal pelo adolescente.

Art. 8º. O Auxílio temporário para transporte será concedido a apenas um dos responsáveis legais por vez, podendo chegar, mediante relatório do técnico do CREAS, ao número máximo de quatro benefícios por mês.

Art. 9º. O Auxílio temporário será concedido somente na modalidade de restituição financeira. Os pais ou o representante legal dos adolescentes acautelados serão restituídos financeiramente pelo município das despesas oriundas com passagens rodoviárias necessárias para o acompanhamento familiar das visitas aos adolescentes acautelados fora do município de Itaúna.

Paragrafo único A Administração Pública não será responsável por qualquer ônus financeiro ou demais despesas que não seja as passagens rodoviárias.

Art. 10. Cessará o benefício, a qualquer tempo, a família que deixar de atender os critérios, bem como aquela que prestar falsa declaração ou empregar a passagem recebida para fim diferente do proposto nesta Lei.

Art. 11. A regulamentação do benefício temporário de restituição financeira das passagens rodoviárias e a sua inclusão na previsão orçamentária na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) deverão garantir os recursos necessários, os quais também estarão, obrigatoriamente, previstos no Fundo Municipal de Assistência Social/CREAS e terá o elemento de despesa 33.90.93.03: outras indenizações e restituições, e será até o limite de R\$5.000,00 anual.

Art. 12. Anualmente, será apresentado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, relatório da prestação de contas do ano anterior, referente ao quantitativo dos benefícios temporários concedidos e das famílias beneficiadas especificando o tipo de benefício concedido com avaliação de seu impacto no enfrentamento das contingências sociais temporárias e vinculação com a rede de serviços do município.

Art. 13. Casos omissos ou excepcionais deverão ser solucionados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Itaúna MG.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna/MG, 11 de março de 2021.

Neider Moreira de Faria
Prefeito do Município de Itaúna

Élvio Marques da Silva
Secretário Municipal de Saúde

Helimar Parreiras da Silva
Procurador-Geral do Município

PROJETO DE LEI Nº 13/2021

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor **Presidente**, Excelentíssimos Senhores **Vereadores** e Excelentíssimas Senhoras **Vereadoras** da Câmara Municipal de Itaúna,

Encaminhamos a essa Casa, para análise, deliberação e aprovação dos i. Edis, o projeto de lei que dispõe sobre a provisão de recursos financeiros para o acesso da família ao adolescente acautelado em unidade socioeducativa fora da comarca de sua residência no âmbito da Política de Assistência Social no Município de Itaúna-MG, tendo em vista o cumprimento da meta número 2 (quadro anexo) do Eixo Estruturante Convivência Familiar e Comunitária, do Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo do Município de Itaúna aprovado pela Resolução nº 01 de 01 de dezembro de 2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos termos da solicitação disposta no Processo Administrativo 9.415 de 21/08/2020.

Importante ressaltar que a Assistente Social - Analista Executiva da Defesa Social do Centro de Internação Provisória de Sete Lagoas/MG, destaca a importância do fortalecimento do vínculo familiar em relação aos adolescentes privados de liberdade, conforme exposto no ofício 0065/20/CEIP-SL que segue anexo.

Com essas justificativas, espera seja o presente Projeto de Lei analisado, deliberado e aprovado pelos membros do Poder Legislativo de Itaúna.

Atenciosamente,

Neider Moreira de Faria
Prefeito do Município de Itaúna

Itaúna-MG, 14 de abril de 2021

Ofício nº 159/2021 – Gabinete do Prefeito
Assunto: Encaminha Projeto de Lei nº 13/2021

Prezado Senhor **Presidente**,

Encaminho a Vossa Excelência o Projeto de Lei nº 13/2021, que “*Dispõe sobre a provisão de recursos financeiros para o acesso da família ao adolescente acautelado em unidade socioeducativa fora da comarca de sua residência no âmbito da Política de Assistência Social no Município de Itaúna-MG, e dá outras providências.*”, para análise, deliberação e aprovação dessa Casa.

Na oportunidade, reiteramos nossos protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Neider Moreira de Faria
Prefeito do Município de Itaúna

EXMO. SR.
ALEXANDRE MAGNO MARTONI DEBIQUE CAMPOS
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
ITAÚNA-MG